AS REMESSAS DOS EMIGRANTES PORTUGUESES NO BRASIL E A CAPITALIZAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL: ALGUNS EXEMPLOS

FERNANDA PAULA SOUSA MAIA

INTRODUÇÃO

A investigação por nós desenvolvida ao longo da última década tem tido por objeto principal as implicações da emigração de retorno na sociedade, economia e cultura portuguesas de finais de Oitocentos e inícios de Novecentos. Dessa análise, temos vindo a concluir que estão ainda por conhecer e, sobretudo, por avaliar as implicações da decisão de regresso desses emigrantes que, vindos do Brasil, onde amealharam a sua fortuna, a determinado momento das suas vidas decidiram regressar a Portugal e aí investir o seu dinheiro.

Estamos, porém, cada vez mais cientes (e já tivemos oportunidade de o escrever) de que, entre finais do século XIX e os inícios do século XX, o dinheiro remetido por estes e migrantes assumiu um papel determinante para o desenvolvimento local e regional de Portugal, com particular destaque para as regiões mobilizadoras do fluxo migratório, ou seja, o norte do país. Esta conclusão, apesar de não ser completamente nova, uma vez que, num artigo publicado em 1994, Maria Ioannis B. Baganha chamara já a atenção para o fenómeno ao escrever "é inegável o enorme impacto da emigração na demografia e na economia nacionais" [1], foi, porém, primordialmente analisada a partir da repercussão do volume das remessas vindas do Brasil na balança de pagamentos e no PIB português.

1 BAGANHA, 1994: 963.

Ora o que nós temos vindo a propor nos nossos trabalhos inscreve-se muito mais na perspetiva introduzida pelos estudos de J. Alves, ao evidenciar o papel crucial destes emigrantes de retorno na dinamização da sociedade portuguesa dos últimos dois séculos [2].

Como pudemos já demonstrar recorrendo a exemplos concretos, os *brasileiros*, ou seja, os emigrantes portugueses de sucesso regressados, temporária ou definitivamente, do Brasil investiam em áreas muito diversificadas – edificando moradias imponentes, compatíveis com o seu novo estatuto, ou, simplesmente, recuperando as casas que os viram nascer, contribuindo para o restauro de igrejas ou de capelas da sua devoção, colaborando em melhoramentos urbanísticos (praças, cemitérios, jardins, ou outros espaços públicos), financiando as festas das suas terras de origem e respetivas confrarias, construindo asilos ou outras instituições de caridade, ajudando a custear as obras de hospitais ou construindo escolas, entre muitas outras iniciativas.

Para além desta vertente filantrópica e benfazeja que permitia garantir o reconhecimento da importância dos *brasileiros* (emigrantes de retorno) junto dos seus conterrâneos e consolidar um lugar na sociedade local, é possível identificar paralelamente a existência de outro tipo de investimentos de caráter produtivo, na agricultura, no comércio ou na indústria locais, transformando-os em empreendedores ativos num país caracterizado por um crónico atraso económico, particularmente neste período [3]. Alguns desses exemplos de desenvolvimento local foram já, por nós, sistematizados num artigo que aguarda publicação no Brasil intitulado: *Impactos da Emigração Portuguesa para o Brasil no Norte de Portugal – Finais do Século XIX e Inícios do XX*, no qual, em jeito de síntese, perpassamos várias áreas de investimento produtivo, onde os capitais destes emigrantes de retorno se fizeram sentir.

Menos estudado tem sido o impacto das remessas enviadas pelos emigrantes portugueses no Brasil, na economia familiar e local. Na verdade, não se trata agora de analisar a aplicação de capitais trazidos pelos emigrantes de retorno, mas sim de perceber o destino das remessas enviadas periodicamente às suas famílias, pelos emigrantes portugueses que permaneciam no Brasil. Com efeito, hoje sabemos ter existido uma verdadeira travessia de sentido único de capitais remetidos do Brasil para Portugal, que se fazia com uma regularidade sazonal, uma vez que se

2 Destacamos, entre outros estudos que se iniciaram com a sua tese de doutoramento, este: ALVES, 2001: 127.

3 REIS, 1993.

concentrava em determinadas épocas do ano [4]. Estas remessas de dinheiro eram não apenas destinadas ao sustento da(s) família(s) do(s) emigrante(s) que por cá permaneciam, permitindo-lhes fazer investimentos de dimensão ainda pouco conhecida, como podiam também ser destinadas à aplicação de capitais no país que os viu partir.

De um ou de outro modo, é inegável reconhecer que estas remessas foram fundamentais para a balança de pagamentos portuguesa, ajudando a compensar o saldo negativo que, de uma forma sistemática, apresentava a balança comercial portuguesa, sempre desequilibrada. Isso mesmo percebeu Oliveira Martins que, em 1887, na qualidade de deputado pelo círculo do Porto, perante os parlamentares com assento na Câmara de Deputados, calculava "em 10.000:000$000 réis os capitais que todos os anos o Brasil manda para Portugal" [5], uma verba que, em termos macroeconómicos, se afigurava fundamental para ajudar a saldar o défice nacional. Por seu turno, E. Mata e N. Valério, baseando-se apenas em dados oficiais, estimaram de forma grosseira que, entre 1851 e 1891, as remessas dos emigrantes deverão ter atingido um valor aproximado de 60 milhões de libras [6].

Atestando a importância do envio de capitais pelos emigrantes portugueses que permaneceram no Brasil, está o aparecimento dos novos bancos que, especialmente no Norte do País, se foram formando entre meados da década de 1850 e a de 1870, ou seja, até à crise bancária de 1876. Muitos deles com sede no Porto (*Banco Mercantil Portuense*, em 1856; *Banco União*, em 1861; *Nova Companhia de Utilidade Pública*, em 1861; *Banco Aliança*, em 1863), na cidade de Braga (*Banco do Minho*, em 1864; *Banco Comercial de Braga*, em 1873) ou em Guimarães (*Banco de Guimarães*, em 1873), eram bem a medida do ritmo acelerado de fluxo de capitais com origem no Brasil e destinados a Portugal [7]. Não admira que, depois da crise bancária de 1876, em que se assistiu a uma corrida aos bancos e a uma suspensão temporária da convertibilidade em ouro das notas de banco, o comércio bancário passasse a ser tão sensível às alterações políticas internas do Brasil, como a abolição da escravatura (em março de 1888) ou a proclamação da República (em novembro de 1889), e à instabilidade política que duraria, pelo menos, até 1891, ou, sobretudo, às flutuações da taxa de câmbio do Brasil sobre Londres, detetadas com particular sensibilidade no nosso país.

4 MATA; VALÉRIO, 1993: 155.

5 PORTUGAL. *Diário da Camara dos Deputados*… Sessão de 10.6.1887, p. 1168.

6 MATA; VALÉRIO, 1993: 155.

7 MATA; VALÉRIO, 1993: 147.

Aliás, este movimento de sentido único das remessas era tão intenso que, durante a segunda metade de Oitocentos, nas principais cidades de fixação de emigrantes portugueses, foram surgindo várias casas bancárias, por iniciativa dos próprios emigrantes que procuravam captar este fluxo. Assim se justifica, por exemplo, a participação de homens como o comendador Salgado Zenha e o conde de São Salvador de Matosinhos, ligados ao *Banco Comercial do Rio de Janeiro*, criado em 1866. Já no início do século XX, este tipo de negócios intensificar-se-ia, disputando com os bancos portugueses (que abriam filiais no Brasil) o apetecível comércio da intermediação de remessas dos emigrantes. Surgiram, deste modo, na cidade do Rio de Janeiro, e por iniciativa de portugueses aí emigrados, os bancos *Mercantil Português*, *União*, *Comércio e Indústria*, *Banco Nacional Ultramarino* ou o *Financial do Rio de Janeiro*. Todos eles tinham entre os seus principais objetivos, atrair os depósitos da comunidade portuguesa emigrada no Brasil, intermediando o processo de remessa aos familiares deixados em Portugal [8].

Pela sua importância, pensamos que não nos cabendo, aqui, avaliar a importância deste fluxo de capitais a nível da balança de pagamentos de Portugal, importa, no entanto, perceber melhor os meandros deste envio de capitais pelos emigrantes portugueses que permaneceram no Brasil e algum do seu impacto ao nível da economia familiar e local. Ou seja, como foi aplicado este dinheiro? Qual foi o impacto local e/ou regional deste afluxo de capitais nas localidades portuguesas?

Para responder a estas questões, para além das fontes por nós habitualmente utilizadas – as publicações periódicas – teremos que nos socorrer de um outro tipo de documentação que nos permita colocar novas hipóteses e avançar no conhecimento da realidade da emigração portuguesa para o Brasil e suas consequências na sociedade portuguesa. Trata-se, na sua maioria, de uma documentação não oficial, de carácter eminentemente privado, como as cartas pessoais e as fotografias que, estando na posse de particulares, merecem ser apresentadas publicamente pela sua elevada qualidade em termos de informações sobre os aspetos que nos ocupam. Como já foi demonstrado, as cartas particulares permitem recriar uma trama complexa de motivações pessoais, ajudando a esclarecer sobre os impulsos que determinaram uma determinada conduta, revelando simultaneamente sobre os sentimentos que subjazem às ações. Este tipo de fontes, no entanto, é difícil de localizar, já que se encontra, geralmente,

8 MARQUES; MELO, 2011: 466-467.

não sinalizada, na maioria das vezes dispersa e de acesso restrito, uma vez que se conserva ainda sob tutela familiar [9].

Será combinando este tipo de documentação que neste artigo apresentaremos dois estudo de caso, um para finais do século XIX, outro para o século XX, nos quais procuraremos enfatizar o papel destes capitais investidos e/ou remetidos pelos emigrantes *brasileiros* que lá permaneceram, no desenvolvimento das economias locais.

1. MANUEL DO CARMO RODRIGUES DE MORAES (1845-1909) E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA EM PONTE DE LIMA

Com a data de 5 de setembro de 1909, era publicado o número 714 da *Gazeta das Aldeias*, um periódico publicado na cidade do Porto e destinado ao mundo rural, todo ele dedicado à memória de Manoel do Carmo Rodrigues de Moraes, agrónomo e publicista falecido a 26 de agosto desse ano. Como redator desta publicação, responsável pelo "expediente das consultas de agricultura e tecnologia" a sua morte inesperada provocara uma profunda e sentida homenagem dos colaboradores e leitores deste periódico. Mas não era apenas por esta circunstância que os tributos encheram todo este número. Na verdade, como o então diretor desta publicação, Júlio Gama, escrevia, Rodrigues de Moraes havia legado um "nobre e luminoso exemplo de tenacidade e de energia" de que a fundação da Escola Prática de Agricultura, em Moreira de Lima, fora o melhor exemplo.

Agrónomo de formação, a agricultura tinha sido a sua paixão ao longo da sua vida de 64 anos. Natural de Ponte de Lima, em 1845, era um dos dez filhos de Francisco José Rodrigues de Moraes e de Maria do Carmo de Vasconcelos. Nascido no seio de uma família tradicional, prestigiada e com posses, pôde prosseguir os seus estudos, cursando o Instituto Geral de Agricultura, na quinta da Bemposta, em Lisboa, tendo concluído o seu curso em 1875.

Terminado o curso, foi professor do curso de regentes agrícolas na Quinta Regional de Sintra, sendo nomeado agrónomo do distrito de Vila Real em 1877. Em 1878, integrava já diversas comissões incumbidas de estudar as doenças da vinha do Douro. Mais tarde haveria de dirigir o posto experimental do Alto Douro e de estudar a cultura do tabaco na região do Douro. Não admira, por isso, que

9 BERTRAND; RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, 2000: 53-56.

ao longo da sua vida profissional, como agrónomo, tenha sido responsável por vários relatórios [10] elaborados no âmbito da Comissão Central da Filoxera, que evidenciavam já a sua postura de profissional rigoroso e atento àquela que foi uma das pragas mais violentas da vinha nacional em finais de Oitocentos [11].

Pertenceu ainda à Comissão do Tabaco, de que foi presidente o conde de Samodães e de quem recebeu os maiores louvores. Segundo a notícia do seu óbito no *Comércio do Porto*, de 27 de agosto de 1909, teria sido ainda nomeado, em 1890, para dirigir a Escola Central de Agricultura de Coimbra, acabando, mais tarde, por organizar e dirigir a 'sua' Escola Prática de Lavoura de Ponte de Lima.

No âmbito da Comissão do Tabaco realizou várias visitas ao estrangeiro, tendo passado pela Itália, pela França, pela Suíça e chegando a estar em Berlim, com o intuito de acompanhar os desenvolvimentos científicos nesta área, contactar com especialistas e, assim, poder organizar os serviços nacionais. Foi, assim, que às ordens do conde de Samodães se deslocou também à Holanda para melhor estudar a cultura do tabaco, de forma a desenvolvê-la em Portugal. Juntos percorreram "parte do Douro para ensinar a cultura do tabaco e aconselhar os proprietários". Dessa relação de cerca de 30 anos entre Rodrigues de Moraes e o conde de Samodães ficou, nas palavras deste, a memória de alguém que sempre cumpriu os encargos "com o maior zelo", confessando mesmo "muito lhe devi para o desempenho de comissões, para que ele estava fortemente preparado". Não admira que no artigo que escreve em sua homenagem no número da *Gazeta das Aldeias*, intitulado *O meu tributo*, conclua perentoriamente "considero uma grande perda para a agricultura e por isso para o país o seu desaparecimento".

Passada a crise filoxérica, Rodrigues de Moraes seria nomeado para outros cargos públicos, como por exemplo a chefia da Repartição de Ensino e de Estatística Agrícola, alcançando, finalmente, o cargo de Inspetor de Agricultura. Em 1882, como Inspetor-geral dos Serviços Filoxéricos, apresenta o Relatório dos Trabalhos da Comissão Central da Filoxera.

Foi durante o exercício da sua vida profissional que se dedicou à atividade jornalística especializada, como redator da *Gazeta das Aldeias* e colaborador de diversas revistas agrícolas como *Arquivo Rural*, *Agricultor do Norte de Portugal*, *Agricultor Português* e *Portugal Agrícola*. Aí pôde divulgar muitos dos seus conhecimentos técnicos sobre agricultura, de que, para além da sua

10 MORAES, 1881.

11 Para esta abordagem biográfica como agrónomo vimos CALDAS, 1990.

colaboração regular, salientamos, em particular, as publicações *Tratado Prático de Vinificação* (1902) e *Viticultura Prática Portuguesa* (1907). Segundo Oliveira Marques, Rodrigues de Moraes foi ainda o autor de um artigo, intitulado "Fruits et Légumes", inserto na obra *Le Portugal au point de vue agricole* [12].

Considerado "uma das mais completas enciclopédias de agricultura, tão variados eram os ramos dos seus conhecimentos" (Duarte de Oliveira, *Gazeta das Aldeias*), o publicista e agrónomo Rodrigues de Moraes recebeu postumamente os maiores encómios de diversos vultos nacionais. Teófilo Braga, por exemplo, na publicação que vimos seguindo salientou a "excecional competência científica e técnica com que representou Portugal nos congressos agrícolas europeus", salientando que "Rodrigues de Moraes exercia um verdadeiro apostolado [...] dirigindo as forças naturais para uma certa e melhor produção". Neste último tributo, todos foram, porém, unânimes em considerá-lo do ponto de vista humano "um homem honesto, laborioso e útil" (Guerra Junqueiro, *Gazeta das Aldeias*), ou então, nas palavras de Adolfo Frederico Muller, "um carácter diamantino, uma bela alma e trato cavalheiroso". O engenheiro J. M. de Mello de Mattos foi mais longe escrevendo, na *Gazeta das Aldeias*, "o sorriso que escondia por detrás do farto bigode que lhe ensombrava os lábios era o de um crente, era o de um bom e por isso o de um espírito superior, que por não ter culpas ignorava as dos outros".

Por tudo isto, não causa surpresa, como bem percebeu E. Castro Caldas, que Manuel do Carmo Rodrigues de Moraes tenha sido o grande responsável pela abertura da Escola Prática de Agricultura de Moreira de Lima, no início da década de 1890, obrigando-o mesmo a mudar a sua residência particular para a quinta das Cruzes, para melhor poder acompanhar os trabalhos [13]. Ele próprio escreveria em dezembro de 1895 que "em virtude de contrato que fiz com o governo fundei, fez já três anos, e sustento a expensas minhas, em propriedade minha, uma escola de lavoura, em que se dá, como preparação literária, apenas a instrução primária, e se manda tomar por escrito as lições da prática, feita especialmente na leitaria, na viticultura e na criação do gado bovino" [14].

E é, precisamente neste ponto, que a importância das remessas de emigrantes portugueses no Brasil ganha todo o seu esplendor. Na verdade, este desiderato de Manuel do Carmo Rodrigues de Moraes só foi possível porque um dos seus irmãos mais novos, Miguel Francisco, tendo ido, ainda criança, para o Brasil, o financiou,

12 MARQUES, 1981: 212. MORAES, 1900: 609-628.

13 MORAIS, 1990.

14 *Gazeta das Aldeias*, 1909: 110.

facilitando este empreendimento. Sendo, na Baía, na cidade de Salvador, um reconhecido capitalista que dedicou a Portugal várias obras de benemerência, não esqueceu a terra que o vira nascer e a sua família, tornando possível o levantamento de um espaço onde o ensino da viticultura e da vitivinicultura em laboratório era uma realidade, tornando-o um alfobre de "agricultores experimentados", como registava a imprensa regional da época.

Como era comum no seio de famílias de posses da época, em virtude do elevado número de filhos e da necessidade de deixar o património mais ou menos íntegro, o Brasil afigurava-se como o destino de muitos dos jovens rapazes da região Norte de Portugal, em especial do Minho, onde havia uma verdadeira teia de solidariedades e em que todos tinham algum parente no Brasil. Ora, Miguel Francisco era um dos seis irmãos sobreviventes de Manuel do Carmo que, ainda muito jovem, com apenas 11 anos, havia viajado para Salvador, na Baía, após o precoce falecimento de seu pai. Em Salvador, irá ao encontro de outros conterrâneos e conhecidos que já aí estavam instalados, como o visconde de S. Lázaro ou o comendador Rodrigues de Carvalho. Inserido na vida comercial local, primeiro como caixeiro e, mais tarde, por conta própria, tornar-se-ia um dos mais pujantes capitalistas e investidores portugueses na região baiana, chamando para junto de si o seu irmão mais novo, João [15]. Em 1879, veria o seu nome inscrito como negociante, na exclusiva listagem do Tribunal do Comércio da Bahia, residindo numa majestosa residência da baixa da cidade de Salvador. Em 1890, quando auxiliou financeiramente o seu irmão agrónomo, Manuel do Carmo, era dono de várias empresas e fábricas nesta cidade baiana, destacando-se na comunidade portuguesa, como um dos emigrantes mais bem-sucedidos do seu tempo.

Foi numa das suas viagens a Portugal, em meados da década de 1880, que adquiriu a quinta das Cruzes, em Moreira de Lima, que de imediato cederá a seu irmão Manuel do Carmo para este poder cumprir o seu sonho – instalar a Escola Prática de Agricultura, com autorização régia de funcionamento obtida em 1892. Através dela procurava combater o atraso da nossa agricultura relativamente à dos outros países, investindo numa das áreas, para ele, fulcrais – a instrução agrícola.

Não por acaso, no seu derradeiro artigo publicado na *Gazeta das Aldeias* (n.º 714, p.109-110), datado de 31 de dezembro de 1895, insurge-se contra os que defendem que "devemos votar-nos todos à exploração das indústrias fabris", porque as indústrias precisam de matéria-prima "na maior parte dos casos

15 MORAIS, 2004.

produzida pela agricultura". Por isso, conclui que "o agricultor é [...] de todos os industriais, o que mais riqueza, mais utilidade produz".

Aproveita então para apresentar aquilo que considera "uma prova palpável" – a "sua" escola em Ponte de Lima. Na verdade, escreve "em virtude do contrato que fiz com o governo fundei, fez já três anos [...] uma escola de agricultura inteiramente prática, uma verdadeira escola de lavoura, em que se dá, como preparação literária, apenas a instrução primária, e se manda tomar por escrito as lições da prática". Tudo isto acontece em lições noturnas e, apesar disso, os alunos matriculados têm superado as duas dezenas, entre os 15 e os 30 anos. Sendo estes "escolares" todos "jornaleiros, muitos da exploração da escola, ou filhos de pequenos proprietários, cuja ocupação é o labutar constante no campo desde o nascer ao pôr-do-sol", mesmo assim é elevada a assiduidade "às lições da noite". Outra das inovações que Rodrigues de Moraes introduziu foi a poda das árvores de fruto. Ora, se "o facto causou de princípio alguns reparos", "hoje é operação corrente".

Não sabemos qual a verdadeira repercussão desta escola na qualidade da agricultura da região, nem se, como afirma Adelino Tito de Morais na *Monografia de Moreira de Lima*, isso foi determinante para a elevada qualidade do vinho branco que se colhe na região. O que sabemos é que com a morte do seu fundador, a sua verdadeira alma, a Escola não sobreviveria. Revela Duarte de Oliveira na homenagem póstuma que lhe escreve na *Gazeta das Aldeias* que, em vésperas do seu passamento, Manuel Rodrigues de Moraes se dedicava "a escolha de uma quinta, no Cima Corgo, para a criação de uma estação experimental vitivinícola". Morreria sempre a sonhar em engrandecer a agricultura, área por que lutou ao longo dos 64 anos da sua vida.

2. MARCELINO E MARGARIDA DE QUEIRÓS – BENEMÉRITOS DO CONCELHO DE ESPOSENDE

Referimos já a dimensão e a relevância do envio informal de remessas para Portugal com origem em território brasileiro, a partir da comunidade portuguesa aí emigrada. Procuramos chamar a atenção para as importantes consequências desse fenómeno não apenas a nível do desenvolvimento nacional, mas especialmente no plano regional e local. O caso que, em seguida, apresentamos resulta de um contacto inesperado com uma fonte documental, a que já nos referimos, – as cartas pessoais – que, de forma inusitada nos abriram as portas a um tipo de fluxo monetário que, apesar de com certeza ter sido bastante comum,

acaba por deixar poucos rastos na documentação histórica oficial, ou seja aquela que é habitualmente compulsada pelos investigadores. Como perceberemos, o caso que aqui trazemos acaba por ser a ponta de um enorme *iceberg* de que nunca iremos conhecer a verdadeira dimensão. Na verdade, trata-se de um conjunto de informações de carácter eminentemente privado, de acesso restrito e sujeito a desaparecer com o simples passar do tempo e a que nós, casualmente, tivemos acesso. Importa, pois, dá-lo a conhecer publicamente e despertar os especialistas para estas questões de forma a poder valorizar e salvaguardar todo um património que, de outro modo, acabará por desaparecer. Curiosamente, desta vez, não nos referimos a situações ocorridas no século XIX, mas a outras, bem mais recentes, em que alguns dos protagonistas podem ainda estar vivos e os seus descendentes poderão preservar algum do seu espólio pessoal.

O envio de dinheiro do exterior, no caso que nos interessa, com origem no Brasil, para Portugal foi particularmente significativo em períodos de carência e dificuldades económicas, como aconteceu durante grande parte do século XX. Quer durante a Primeira República (1910-1926), quer, posteriormente, sob a tutela de Salazar e a vigência do Estado Novo, Portugal viveu tempos de grandes restrições internas, especialmente sentidas a nível das despesas públicas, que as várias reformas económico-financeiras condicionavam. Subjacente a estes períodos de grandes limitações e austeridades estava normalmente a necessidade de o Estado ter de equilibrar as finanças públicas. Por outro lado, a economia portuguesa manteve, durante todo este período, um cunho marcadamente rural, apresentando um grande desfasamento e atraso relativamente às restantes economias europeias. Não causa surpresa, por isso, que mesmo em finais da década de 1960, Portugal apresentasse um dos rendimentos *per capita* mais baixos da Europa de então, traduzindo uma realidade de pobreza interna e de grandes desequilíbrios regionais, especialmente visíveis entre as zonas rurais e as urbanas e as zonas litorais e as interiores.

Ora, um dos aspetos mais característicos do Estado Novo foi a criação de um sistema de assistência que coexistia paralelamente com "um aparelho de previdência social de conceção corporativa" como escreveu, no contexto da sua dissertação de mestrado, Irene Flunser Pimentel [16]. A própria Constituição de 1933 não consagrava o direito à assistência pública, mas defendia que "cabia ao Estado 'coordenar, impulsionar e dirigir todas as atividades sociais' no sentido de 'defender

16 PIMENTEL, 1999: 477-508.

a saúde pública', assegurar a 'defesa da família', 'proteger a maternidade' e 'zelar pela melhoria das condições das classes sociais mais desfavorecidas, procurando assegurar-lhes um nível compatível com a dignidade humana'" [17]. Como, mais tarde, ficaria claro, o Estado desempenharia um papel supletivo relativamente às iniciativas de natureza privada, entre as quais mereciam particular destaque as da Igreja católica, a par de tantas outras de natureza piedosa e caridosa que, de acordo com um dos lugares-comuns do Estado Novo, caracterizariam o povo português.

É neste contexto que o caso que trazemos hoje nos parece mais relevante. Com efeito, a leitura da correspondência privada estabelecida, durante décadas, entre o emigrante português, Marcelino Ribeiro de Queirós e sua mulher, a brasileira, Margarida Maria Moura de Queirós, ambos residentes no Rio de Janeiro, numa moradia sita na Praça de S. Salvador, n.º 5, e parte da sua família residente, então, no Porto, e presentemente à guarda de um dos descendentes, nos permite entender a importância das remessas informalmente enviadas do Brasil para o desenvolvimento do país no campo da assistência pública. Com efeito, Marcelino Ribeiro de Queirós, nascido em Forjães, era oriundo de uma família natural desta pequena freguesia do concelho de Esposende. Tendo emigrado para o Rio de Janeiro, onde se encontravam já alguns membros da sua família, casou com uma senhora natural do Rio de Janeiro, de seu nome Margarida Maria Moura de Queirós. O seu sucesso financeiro e o facto de o casal não ter descendentes, fez com que nas décadas finais da sua vida se tenha dedicado à benemerência, quer na área da saúde em geral e materno-infantil, em particular, quer na da assistência social à pobreza e à velhice.

A correspondência a que tivemos acesso e que selecionamos com interesse para este trabalho – remessas de dinheiro destinado a ser investido em Portugal –, inicia-se em 24 de abril de 1953 e prolonga-se até 16 de junho de 1984, havendo, pelo menos, três missivas que não se encontram datadas. São dois os emissores destes escritos, na década de 1950, Marcelino de Queirós que, em data que não conseguimos ainda apurar, entre finais da década de 1950 e meados da década de 1960, terá falecido, tendo sido, entretanto, substituído na troca epistolar pela sua mulher Margarida Queirós.

São duas as etapas em que podemos dividir esta série levantada. A primeira, situada cronologicamente na década de 1950, envolveu como emissor Marcelino de Queirós, e representa um conjunto de apenas duas missivas, embora

17 PIMENTEL, 1999: 479.

percebamos que terão existido mais. Na primeira delas, datada de 24 de abril de 1953, Marcelino refere ter remetido, do Brasil, alguns dias antes ao cuidado de um seu familiar (Albino de Faria, pai do Dr. Manuel Queirós de Faria, seu sobrinho e médico cirurgião na cidade do Porto, já falecido) 50.000$00 escudos "para ir amortizando as dívidas do Hospital de Esposende, relativas às obras ali efetuadas".

Não era, porém, a primeira vez que o fazia. Num pequeno anexo à carta verificamos que já em 1952, o mesmo indivíduo havia remetido do Brasil para os seus familiares um total de 79.738$60 escudos, entre dinheiro destinado a adquirir artigos de cirurgia, pagamento de férias entre outras entregas realizadas. Ficamos então a saber que "o cruzeiro, infelizmente, continua descendo, ficando-nos o escudo pelo dobro do seu valor oficial". Mesmo assim, o emissor lamenta-se: "Mas, que havemos de fazer? As despesas estão feitas e terão que ser pagas".

Contextualizando melhor a situação política brasileira, esclarece: "Deve ser assinado, por estes dias, um empréstimo feito nos EE. UU. ao Brasil, na importância de 300 milhões de dólares, é esperança geral que isso virá fortalecer muito o cruzeiro e este reagirá consideravelmente e oferecendo-nos a necessária oportunidade de pormos em dia as nossas desejadas remessas de escudos. [...] Nós pagamos, aqui no Brasil, o pesado imposto sobre a Renda. Estou, neste momento, fazendo a nossa indispensável declaração de Renda para sermos, por ela, tributados. Sucede que estão isentas desse imposto as importâncias relativas a donativos feitos a reconhecidas instituições beneficentes, tendo, para isso, de juntar, á declaração, o necessário comprovante, ou recibo, desses donativos. É isso para mim muito importante, porque, como disse, é demasiadamente oneroso esse imposto, chegando até, em determinadas circunstâncias, a 50% da renda líquida. Este ano, em que é tributada a renda de 1952, já nada me adianta, mas, no próximo ano, vou precisar de um documento comprovatório dos donativos aí feitos para me aliviar aqui nessa exigência fiscal. Depois lhe explicarei melhor os termos e dará em que deve ser feito esse comprovante".

De todo o dinheiro remetido para Portugal e para o Hospital de Esposende em particular, nesta década de 1950, pelo casal Marcelino e Margarida de Queirós contabilizar-se-ia, em 1954, um total de 129.738$60 escudos, entre a aquisição de artigos de cirurgia e pagamentos de honorários diversos. A importância destas remessas em dinheiro foi tão significativa para o quotidiano do hospital que, com data de 20 de outubro de 1957, foi colocado um busto à entrada da referida instituição hospitalar, busto esse que, apesar de deslocado da sua posição inicial, se encontra ainda, atualmente, no jardim fronteiro deste equipamento. Como o semanário *O Cávado*, título editado em Esposende, escrevia em setembro de

1967, eternizava-se a memória do "sempre chorado e saudoso Esposendense que foi Marcelino de Queirós. Para sempre eternizado no bronze e no nosso coração".

Prematuramente desaparecido, fica-se a saber pelas folhas da imprensa local, durante uma homenagem oficial nos paços do concelho, que em vida fora "o [...] amigo das instituições de caridade e particularmente do Hospital de Esposende". Segundo o que se lê nesta folha da imprensa local, Marcelino de Queirós pouco antes de falecer "estava prestes a realizar o Grande e Belo Sonho da sua vida, que era o de dotar o Hospital de Esposende com condições de subsistência que lhe desse uma vida desafogada" [18]. Entretanto, havia custeado "totalmente a construção e instalação da sala de operações e ainda a aquisição de um bisturi elétrico, além de muitas outras dádivas" [19], pelo que, assim, deixou ligado para sempre o seu nome ao Hospital de Esposende.

Este cuidado e sensibilidade social que desde cedo o casal evidenciou, consubstanciou-se também na proteção aos idosos de Forjães, tendo Marcelino de Queirós projetado fundar, pouco antes de falecer, uma instituição que se designaria de Fundação Lar de Santo António, destinada a cumprir "um sonho e espírito solidário para com os mais desfavorecidos e sozinhos" acalentado por este emigrante forjanense, estabelecido no Rio de Janeiro. Embora a ideia inicial da fundação deste lar tenha partido de Mário Vilaverde, uma vez que "foi ele que pediu à D. Margarida de Queirós para construir um Lar de Terceira Idade para os idosos de Forjães" [20], o que é certo é que este desejo não seria possível de realizar sem a preciosa ajuda financeira deste emigrante natural de Forjães e de sua mulher. A concretização deste projeto mais ambicioso, que implicava o levantamento de raiz de uma instituição de proteção social, só foi possível graças ao papel desempenhado por um dos seus sobrinhos, o Dr. Manuel Queirós de Faria que, com o mesmo espírito filantrópico, "com a sua sabedoria, carácter e competência por todos inquestionáveis, foi naturalmente capaz de projetar esta instituição", tendo sido fundamental na criação e materialização da ideia [21].

Entre 20 de outubro de 1964, data em que, a título particular, esta Fundação iniciou as suas atividades e a publicação em *Diário do Governo* do texto dos estatutos, por despacho do então ministro da Saúde e Assistência, datado de 14 de abril de 1966, pelos quais o Lar de Santo António passou a ser considerado para

18 *O Cávado*, 10.9.1967: 1.

19 *O Cávado,* 10.9.1967: 1.

20 *O Forjanense*, junho de 1993: 2.

21 Folheto de apresentação do *Lar de 3.ª idade, internamento para recuperação*.

todos os efeitos legais "pessoa coletiva de utilidade pública administrativa" [22], esta instituição revestiu apenas um carácter particular e sobreviveu exclusivamente a expensas da família dos seus fundadores. Ou seja, entre 20 de outubro de 1964 e 1 de maio de 1966, data em que iniciou o funcionamento oficial da Fundação "Lar de Santo António", de acordo com o estabelecido estatutariamente, a instituição sobreveio a partir dos dividendos do seu património inicial, a saber, "uma carteira de títulos de crédito" e "por um prédio urbano, com pequeno terreno anexo, onde são recebidos os beneficiários" [23]. Logo no artigo 1.º deste documento se pode ler que esta instituição particular partiu da "iniciativa do casal Sr. Marcelino Ribeiro de Queirós e D. Margarida Maria de Moura Queirós", embora por falecimento de Marcelino de Queirós, seja a sobrevivente a garantir a sua subsistência.

Tal como se podia ler no artigo 2.º dos referidos Estatutos "esta Fundação tem por objetivo principal prestar assistência material e moral à velhice e invalidez da freguesia de Forjães e, na medida do possível, contribuir por todos os meios para o bem-estar social e moral da pobreza da dita freguesia". No parágrafo inicial esclarecia-se que a assistência seria prestada em "regime de internamento no edifício para esse fim construído e denominado Lar de Santo António", embora excecionalmente pudesse ser também "prestada no domicílio dos beneficiários, desde que razões de ordem familiar amplamente o justifiquem". Estendia-se também, com carácter de exceção e "carácter eventual", a ajuda às crianças "que frequentam as escolas locais, em subsídios concedidos à cantina". Para isso os instituidores comprometiam-se a criar e manter um lar "para recolher os velhos e inválidos" da freguesia de Forjães, bem como um "centro destinado a conceder auxílio domiciliário e ambulatório", onde seria desenvolvida atividade assistencial com carácter gratuito ou "remunerada em regime de porcionismo, consoante a situação dos assistidos, apurada em inquérito assistencial a que sempre se deverá proceder".

No ponto relativo ao património e às receitas, estipulava-se que se consideravam "afetos pela fundação à instituição" várias propriedades, entre as quais "uma casa com terreno anexo", situada no lugar da Igreja (Forjães) que albergará os beneficiários. Para além disso, a instituição seria mantida a partir dos lucros advindos de "uma carteira de títulos de crédito [...] no valor de novecentos e noventa e quatro mil trezentos e noventa e três escudos e dez centavos" correspondentes a ações de diversas companhias e empresas portuguesas, depositadas à ordem desta

22 PORTUGAL. *Diário do Governo*, nº 100, III série, de 28 de abril.

23 *Estatutos do Lar de Santo António da freguesia de Forjães, concelho de Esposende*. Contracapa.

Fundação nos Bancos Pinto de Magalhães, Português do Atlântico e Nacional Ultramarino, bem como de um capital em dinheiro no valor de "cinco mil e seiscentos e seis escudos e noventa centavos". Seria a partir do rendimento destes bens, juntamente com "o rendimento de heranças, legados e doações instituídas em seu favor", bem como "donativos", "o rendimento dos serviços e as compensações dos assistidos ou responsáveis" e eventuais "subsídios do Estado e das Autarquias locais" que a Fundação "Lar Santo António" sobreviveria, de acordo com o artigo 5.º dos referidos Estatutos.

Este normativo definia ainda os atributos da direção administrativa, indicando os órgãos da presidência e definindo o modo de designação trienal de nova equipa diretiva que, por eleição, caberia a um colégio restrito composto pelo "Presidente da Junta de Freguesia, o Regedor, o Pároco, os Presidentes da direção e da assembleia geral da Casa do Povo, os Diretores das escolas masculina e feminina da freguesia e o Presidente da Cantina escolar", bem como estabelecia as competências da Direção e do Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro.

Legitimada a importância desta obra a nível local, foi também objeto de um reconhecimento a nível governamental, pelo que em cerimónia pública no Salão Nobre da Câmara Municipal de Esposende, "atendendo aos seus muitos e piedosos actos de benemerência [...] o Governo da Nação concedeu a tão Ilustre Senhora [D. Margarida de Queirós, viúva do emigrante Marcelino de Queirós] a Comenda da Ordem de Benemerência". Aí se recordou "a figura de seu Marido, o sempre saudoso amigo das instituições de caridade e particularmente do Hospital de Esposende que foi Marcelino de Queirós, prematuramente desaparecido". Apesar de brasileira, e mesmo depois de viúva, a mulher de Marcelino de Queirós não virava as costas à terra natal de seu marido. De igual modo, Esposende demonstrou-lhe o seu agradecimento, e já no edifício do Hospital, levou a cabo uma cerimónia de "Entronização da imagem de Santa Margarida, na Capela Privativa do Hospital" a que se seguiu uma missa [24].

O espírito benemerente desta brasileira nata, não se ficaria por aqui. Alguns anos mais tarde, mantendo e acentuando os laços que a ligavam a Forjães, muito por obra do seu sobrinho por afinidade Manuel Queirós de Faria, estaria na base do aparecimento do Instituto Materno-Infantil nessa mesma freguesia de que nos ocuparemos noutra ocasião mais oportuna.

24 *O Cávado,* 10 setembro de 1967: 1.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Cartas particulares do espólio do Dr. Manuel Queirós de Faria.

Cávado (O), semanário republicano e regionalista, Esposende, 10 setembro de 1967.

Estatutos do Lar de Santo António da freguesia de Forjães, concelho de Esposende.

Forjanense (O), junho de 1993.

Gazeta das Aldeias, Porto, 5 setembro de 1909.

MORAES, M. C. Rodrigues de, 1881 – "Relatório dos trabalhos da Comissão Central de Filoxera em 1880", in *Cole*ção de Documentos *Oficiais, Memórias e Noticias acerca da Agricultura*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MORAES, M. C. Rodrigues de, 1900 – "Fruits et Légumes", in COSTA, B.C. Cincinnato da, *Le Portugal au point de vue agricole*. Lisbonne: Imprimerie Nationale.

PORTUGAL. *Diário da Camara dos Deputados*..., sessão de 10 de junho de 1887, p. 1168.

PORTUGAL. *Diário do Governo*, n.º 100, III série, de 28 de abril.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jorge Fernandes, 2001 – "Terra de Esperanças: O Brasil na emigração portuguesa", in VII Cursos Internacionais *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

BAGANHA, Maria Ioannis B., 1994 – "As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional". *Análise Social*, vol. XXIX (128), (4.º). Lisboa: ICS.

BERTRAND, Annie Molinié; RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, Pablo (eds.), 2000 – *A través del tiempo: Diccionario de Fuentes para la Historia de la Familia*. Murcia: Universidad de Murcia.

CALDAS, Eugénio de Castro, 1990 – *O agrónomo Manuel Rodrigues de Morais e a Escola Prática de Agricultura de Moreira do Lima*. Viana do Castelo.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1981 – *Guia de História da 1ª República Portuguesa*. Lisboa: Ed. Estampa.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de, 2011 – "Negócios portugueses no Rio de Janeiro: um estudo sobre o Banco Português do Brasil (1918 a 1938)". *Revista Económica Contemporânea*, v. 15, n.º 3. Rio de Janeiro.

MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno, 1993 – *História Económica de Portugal – uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença.

MORAIS, Adelino Tito de, 1990 – *Monografia de Calheiros e Moreira de Lima*. Ponte de Lima: Ed. Autor.

MORAIS, Adelino Tito de, 2004 – *Palacete Moraes em Salvador da Bahia (Brasil): subsídios históricos*. Salvador da Bahia.

PIMENTEL, Irene Flunser, 1999 – "A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40". *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), (2.º-3.º). Lisboa: ICS.

REIS, Jaime, 1993 – *O Atraso Económico Português: 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.